

Recicla Conquista E Itairó: A Experiência De Mulheres No Cooperativismo De Materiais Recicláveis

Tiara Oliveira Cardoso¹
Almiralva Ferraz Gomes²
Weslei Gusmão Piau Santana³
Marcus Vinicius Carvalho Fagundes⁴

Resumo: Em todo o mundo, as mulheres têm buscado nos empreendimentos de natureza coletiva uma maneira de solucionar os seus problemas socioeconômicos. Dessa forma, através do cooperativismo, o gênero feminino identifica uma nova possibilidade de gerar renda e organizar o seu trabalho de maneira mais flexível, respeitando os múltiplos papéis que ocupam na sociedade. Diante disso, o presente estudo foi elaborado com a finalidade de conhecer a experiência de mulheres que desenvolvem atividades profissionais em empreendimentos de natureza cooperativa. Para tanto, realizou-se uma pesquisa em duas Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis que integram a Rede Catabahia. Esta pesquisa define-se como descritivo-exploratória e de natureza teórico-empírica. Os dados empíricos, por sua vez, foram coletados através de entrevista e questionário e foram analisados à luz do referencial teórico. Por fim, essa pesquisa revela que as Cooperativas em estudo têm gerado resultados positivos em relação aos benefícios sociais e econômicos de suas cooperadas.

Palavras Chaves: Cooperativismo. Gênero. Geração de Renda. Mercado de trabalho.

1 Introdução

A partir da constante necessidade de se manter incluído, em um mercado de trabalho, que tende sempre a excluir aqueles que não fazem parte do perfil traçado pelo atual modelo econômico, surgem os grupos de natureza coletiva e cooperativa criados com o intuito de tentar gerar emprego, renda e diminuir esta grande diferença social criada no mundo do trabalho. Dessa forma, no intuito de combater estas mazelas socioeconômicas, as iniciativas sociais podem ser um dos mais viáveis caminhos de inserção social e econômica para homens e mulheres.

Dentre os diversos tipos de empreendimentos econômicos solidários, estão as Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis que têm como finalidade resgatar as pessoas que trabalham em lixões. Destaca-se que grande parte dos catadores desempenha suas atividades em condições precárias, sofrendo preconceitos e possuindo baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente, embora tenham uma profissão reconhecida e sejam resguardados por um comitê específico.

Salienta-se que, além de todo sofrimento proporcionado por uma exclusão social, às mulheres é imposto enfrentar a pobreza de forma mais severa que os homens, devido às barreiras socioculturais de ingresso e permanência no mercado de trabalho, diante da falta de

¹ Graduada em Administração. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. tiara_cardoso@hotmail.com

² Doutora em Administração. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. almiralva@gmail.com.

³ Doutor em Administração. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. wpiau@hotmail.com

⁴ Mestre em Administração. Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

igualdade de oportunidade com o sexo oposto. Para tanto, nessa conjuntura, o gênero feminino tem se organizado, cada vez mais, em todo o mundo na busca de trabalho, renda e melhorias de vida apoiando-se na criação de empreendimentos de natureza coletiva e cooperativa. Espera-se que nesses empreendimentos não haja discriminação de gênero, uma vez que possuem uma lógica inclusiva e igualitária, de superação das mazelas do sistema econômico excludente que ele visa contrapor.

Diante do exposto, propõe-se com o presente trabalho conhecer a experiência de mulheres que desenvolvem atividades profissionais em empreendimentos de natureza cooperativa. Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se um estudo de caso com duas unidades de análise.

2. *Mercado de trabalho: relações de gênero e empreendedorismo*

No mundo atual, em função da globalização, surgem diversas transformações no mercado de trabalho, podendo ser elas positivas ou negativas. Dentre os pontos negativos, Carmelita (2002) destaca que a globalização tem como características fundamentais as relações de trabalho precárias e o crescimento do desemprego que se torna estrutural. Carrion e Vizentini (1998, p.14) confirmam tal afirmação ao considerarem que

[...] a globalização é uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo, na qual a integração mundial de mercados suplanta a estruturação anterior do sistema em economias nacionais autônomas. Esse processo de globalização econômica estaria sendo acompanhado por um processo análogo e interligado de mundialização da cultura, com valores e identidades globais.

Em função dessa necessidade de tomar decisões rápidas, a fim de responder as mudanças imprevisíveis de mercado, percebe-se hoje uma crise mundial no mercado de trabalho. Essa invasão da tecnologia e da informação sobrepõe o modelo organizacional existente, ocasionando a dispensa de trabalhadores e ampliando o trabalho informal.

Leibante (2008) afirma que o trabalho informal trata-se de um fenômeno social encontrado praticamente em todo o mundo capitalista que, no entanto, assume dimensões de maior proporção nos chamados países de capitalismo periférico, como o Brasil que nos últimos anos, devido à escassez do trabalho formal, da pobreza e da exclusão social, tem sido notória a quantidade de pessoas envolvidas no trabalho informal. Essa mudança, no Brasil, se deu, principalmente, a partir do final da década de 1980, quando o país abriu os mercados internos gerando níveis alarmantes de desemprego. Para tanto, os brasileiros passaram a viver cada vez mais do subemprego e de práticas de economia informal. Com essa ruptura, nos últimos anos, o Estado vem estimulando, por meio de políticas públicas de inclusão social, a conversão do trabalho informal em postos de trabalho formal. Para isso, os empreendimentos de natureza coletiva têm sido utilizados como uma forma de economia plural.

Esses empreendimentos solidários normalmente surgem a partir da união de várias pessoas que têm como objetivo maior o bem comum e são geridos através da autogestão. Singer (2002, p.74) afirma que “a autogestão é um modelo de gestão em que o controle da empresa e as decisões são exercidos pelos trabalhadores”. Ainda segundo o autor, para que a tomada de decisão seja consciente, todos devem ter acesso a todas as informações, não existindo o sigilo. Desta maneira, a autogestão é transparente (SINGER, 2002). Essa se apresenta como um novo modelo de gestão para os empreendimentos econômicos solidários. A gestão de empreendimentos cooperativos também carece de indivíduos capazes de

promover ações empreendedoras. A ação empreendedora, portanto, considera que as atividades gerenciais conjuntamente com as empreendedoras desempenham papel crucial para o crescimento de uma organização e para sua diferenciação no mercado. Gomes, Lima e Cappelle (2012) defendem a existência de um caráter transitório nas ações empreendedoras tendo em vista que empreender e geri são ações descontínuas, complexas e complementares. Diante disso, os autores propõem o deslocamento do foco do sujeito para a ação ao estudarem o empreendedorismo. Desse modo, deve-se investigar as ações dos empresários no seu cotidiano administrativo que possam ser qualificadas como ações empreendedoras. Tal perspectiva de análise, portanto, deixa de lado o empresário encarado isoladamente como um empreendedor, em prol da ação, seja de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos ou de instituições que interagem entre si em um dado contexto socioeconômico. A consideração de que o centro do fenômeno não está no sujeito, mas na ação além de reconhecer que as ações de empresários podem ou não ser empreendedoras, permite a consideração de que elas são transitórias, não são contínuas: ora o empresário está desempenhando atividades empreendedoras, ora está executando atividades gerenciais. Trata-se de ações distintas, complementares e, sobretudo, necessárias e que podem ser desempenhadas por um indivíduo ou um grupo de indivíduos inseridos em um determinado contexto (GOMES; LIMA; CAPPELLE, 2012). A noção de ação empreendedora abre, portanto, a possibilidade de considerar que indivíduos comuns, homens ou mulheres, podem, individualmente ou em grupo, praticar uma ação empreendedora de caráter radical ou incremental. Ou seja, a partir dessa noção, percebe-se que o conceito de empreendedor e de empreendedorismo pode ter um caráter inclusivo (ao contrário de uma visão essencialista que acredita que o empreendedor traria consigo características inatas e incomuns). Assim, considera-se que indivíduos agentes de organizações públicas e/ou privadas, que estão inseridas em diferentes coletividades, promovem ações empreendedoras que podem ser consideradas como estratégias inovadoras, observadas tanto no âmbito organizacional, como local ou regional. Ao se tratar de empreendimentos de natureza coletiva, ressalta-se que os sujeitos que se envolvem com o empreendedorismo social vão além do ambiente que residem. A intenção desses indivíduos é quebrar barreiras, fortalecer causas sociais, promover a cultura participativa, solidária, agregadora, inventiva e geradora de riquezas, que devem ser socializadas entre todos os membros da comunidade a qual o empreendimento está inserido.

O empreendedorismo social é uma postura, um modo de agir no mundo. Dessa forma, o empreendedorismo social pode ser entendido como “[...] uma ação inovadora voltada ao campo social, um processo que se inicia com a observação de uma determinada situação problema local, e em seguida procura-se elaborar uma tentativa para enfrentar a situação.” (OLIVEIRA, 2004, p. 9). Diante do exposto, verifica-se que tais empreendimentos são uma excelente alternativa produtiva, pois permitem o resgate social a um baixo custo econômico. Nestes casos, as estratégias e decisões são tomadas por todos e as responsabilidades são compartilhadas. Porém, vale salientar que, para que haja sucesso nestes grupos, é necessária a participação de todas as pessoas envolvidas e não apenas a vontade de participar. Para Eid, a Economia Solidária

parte de valores distintos aos valores predominantes na economia capitalista, destacam-se: autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade. Aqui a racionalidade social, sendo mais importante que a racionalidade técnica está fundamentada na cooperação com a exploração coletiva das potencialidades profissionais, em benefício dos próprios produtores. O trabalho é o elemento central. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a

lucratividade. A acumulação deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores (EID, 2007, p.58-59).

Sendo assim, na busca de uma (re)inserção profissional, muitos homens e mulheres se apoiam no cooperativismo como uma nova fonte de renda e inserção social. O gênero feminino busca através dos empreendimentos de natureza coletiva e cooperativa exterminar, ou ao menos minimizar, a discriminação de gênero, uma vez que esse tipo de empreendimento possui uma lógica inclusiva e igualitária. Destaca-se que o Art.5º, Inc. I, da Constituição Federal do Brasil de 1988 menciona que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

No entanto, apesar do discurso de igualdade de condições e oportunidades proposto e evidenciado na Constituição Federal, observa-se na prática a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, tanto em relação aos níveis salariais, às possibilidades de crescimento na carreira quanto às oportunidades de exercer determinadas funções. Essas diferenças de gênero foram e são construídas, pela sociedade, ao longo dos anos, através dos processos sociais.

O impacto do movimento feminista, assim como a desconstrução da teoria do gênero, constitui-se marco importante da contemporaneidade, tendo uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico. Para Hall (2001),

Ele (o feminismo) também enfatizou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados (camponeses, trabalhadores, pais, empresários). Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas).

O gênero, assim, cumpre um papel decisivo ao definir os papéis de cada um na sociedade. Para tanto, uma análise mais apurada das relações de gênero considera que:

a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas em função de suas características biológicas, senão de um produto social que legitima as relações de poder dentro de um processo histórico que pode ser transformado. Portanto, gênero é uma categoria social que permite analisar papéis, responsabilidades, limitações, e oportunidades, que são de forma diferente, para homens e para mulheres, no interior da unidade de produção, da família, da comunidade e da sociedade (ABRAMOVAY; SILVA, 2000, p.348)

Muito embora, a sociedade contemporânea tenha amadurecido e avançado em muitos aspectos, ainda há vestígios do patriarcalismo. Essa dominação masculina sobre o gênero feminino passou ao longo dos anos por algumas transformações, adaptando-se a cada era, mas ainda se manifesta. Para Saffioti (2004), a base material do patriarcado ainda não foi totalmente destruída, embora observa-se a perspectiva de desconstrução de um sistema de dominação e discriminação machista no que tange o papel da mulher na sociedade. Quanto a essa desconstrução Castells relata que:

a incorporação maciça da mulher na força de trabalho remunerado aumentou o seu poder de barganha vis-à-vis o homem, abalando a legitimidade da dominação deste em sua condição de provedor da família. Além disso, colocou um peso insustentável sobre os ombros das mulheres com suas quádruplas jornadas diárias (trabalho remunerado, organização do lar, criação dos filhos e a jornada noturna em benefício do marido) (CASTELLS, 2002, p.170).

De maneira geral, a dita divisão sexual do trabalho, no que se refere aos papéis de cada um dos sexos, gira em torno do trabalho produtivo e reprodutivo. Apesar de as mulheres, atualmente, desempenharem as duas funções, sendo o reprodutivo ainda mais associado, principalmente às mulheres de baixa renda, o papel feminino na sociedade da produção tem evoluído a passos lentos.

O trabalho produtivo é aquele valorizado socialmente, remunerado economicamente e que atribui prestígio social a quem o realiza, enquanto que o reprodutivo é desenvolvido no ambiente doméstico familiar, que visa reproduzir a vida cotidiana. Este último, normalmente, é desempenhado pela mulher. No entanto, na direção oposta, as atividades domésticas realizadas pelos homens são igualmente consideradas “ajuda”, por se afastarem de sua “atribuição própria”, que são as atividades produtivas (SILVA; PORTELLA, 2004, p. 134).

Apesar de sempre associada ao trabalho reprodutivo, as mulheres mostram muitos avanços no que se refere ao trabalho produtivo. Hoje, há um grande número de mulheres que deixaram de ser apenas esposas, donas de casa e mães, ampliando seu espaço na economia nacional e mundial. “Em 1990 havia 854 milhões de mulheres economicamente ativas no mundo inteiro, respondendo por 32,1% da força de trabalho em termos globais” (CASTELLS, 2002, p.191-194). O autor ainda completa salientando que essa

entrada maciça das mulheres na força de trabalho remunerado deve-se, de um lado, à informatização, integração em rede e globalização da economia e, de outro, à segmentação do mercado de trabalho por gênero, que se aproveita de condições sociais específicas da mulher para aumentar a produtividade, o controle gerencial e, conseqüentemente, os lucros (CASTELLS, 2002, p.194-197).

A evolução é lenta, porém, constante e pode ser acompanhada, ao longo dos anos, através dos dados apresentados pelos Institutos de Estatísticas. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – demonstrou que, em 1996, 20,81% dos lares tinham como chefe uma mulher. Já no Censo realizado em 2000, a porcentagem subiu para 26,55%. No ano de 2011, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, levantamento mais recente do IBGE, o Órgão apontou que 37,4% das famílias, atualmente, têm como pessoa de referência uma mulher.

Arán (2006) indica que essa evolução do gênero feminino parece ter se iniciado a partir das I e II Guerras Mundiais (1914–1918 e 1939–1945, respectivamente), quando os homens partiam para as batalhas e as mulheres eram obrigadas a assumirem os papéis de mantenedoras do lar, ficando a frente dos negócios da família durante a ausência dos seus maridos. No entanto, com o fim das guerras, os homens que sobreviveram e retornaram ao seio de suas famílias frequentemente estavam mutilados, o que os impossibilitavam de assumirem as suas antigas funções no mercado de trabalho. Tal situação obrigou suas esposas a permanecerem em atividades produtivas que, muitas vezes, eram menos valorizadas pela sociedade:

[...] As que ficavam viúvas, ou eram de uma elite empobrecida, e precisavam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomendas, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano etc. Mas além de pouco valorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade (PROBST, 2003, p.1).

Segundo Castells, a transformação do trabalho feminino no mercado e na família se explica em quatro fatores:

primeiro, a transformação da economia e do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidades para as mulheres no campo da educação, em segundo

lugar, vêm as transformações tecnológicas[...] que proporcionaram controle cada vez maior sobre a gravidez e a reprodução humana [...]. O terceiro fator foi o desenvolvimento do movimento feminista e o quarto a difusão de ideias em uma cultura globalizada [...] (CASTELLS, 2002, p.171-172).

Contudo, a maior presença da mulher no mercado de trabalho não se reverte, por si só, em sucesso na inserção. A despeito da expansão da taxa de participação, as taxas de desemprego feminino apresentam-se, sistematicamente, superiores às masculinas.

O relatório de Tendências Mundiais de Emprego das Mulheres 2012 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU, 2012), produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), lançado no dia 11 de dezembro de 2012, apresentou, em termos globais, dados que demonstram que as taxas de desemprego das mulheres são mais altas que a dos homens em escala mundial e não se prevê melhorias nos próximos anos. Segundo o documento de 2002 a 2007, a taxa de desemprego feminina se situou em 5,8%, comparada com 5,3% para os homens. A crise atual (2008-2012) aumentou estes dados em 0,5 a 0,7 pontos percentuais e acabou com 13 milhões de empregos para as mulheres. O indicador de segregação por setores econômicos mostra que as mulheres estão mais limitadas em sua escolha de emprego em todos os setores.

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro foi destacada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no mês de março de 2013, através do seu sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Os dados de tal estudo revelaram que o ano de 2012 manteve uma contínua melhoria nos mercados de trabalho metropolitanos no que tange a inserção das mulheres. Contudo, esse melhor desempenho apresentado da ocupação feminina, no período, não eliminou a histórica desigualdade nas oportunidades de inserção ocupacional entre homens e mulheres. As mulheres continuam a estar em menor proporção entre os ocupados e são a maioria dos desempregados em todas as sete regiões que abrangem o Sistema PED. O Sistema PED ainda afirma que:

a incorporação de mulheres ao mercado de trabalho metropolitano, intensa entre o final da década de 1990 e meados dos anos 2000, tem, desde então, experimentado tendência de desaceleração. No último ano, houve um aumento de 205 mil trabalhadoras e a população economicamente ativa feminina no conjunto das regiões pesquisadas foi estimada em 10.316 mil mulheres ou 46,6% da força de trabalho das regiões em análise (DIEESE, 2012, p.3).

Nessas circunstâncias, contra o desemprego e a exclusão social, tem crescido a participação de homens e mulheres. Esta última mais fortemente em iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas no associativismo e em princípios de autogestão e cooperação, que se unem com a finalidade de superação.

3. Empreendimentos econômicos solidários: cooperativismo de materiais recicláveis

O Sistema de Informação de Economia Solidária define os empreendimentos econômicos solidários como organizações permanentes e coletivas supra familiares de trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem, coletivamente, a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados, podendo ou não dispor de registro legal.

Segundo dados do Sistema Nacional em Economia Solidária – SIES (2007), existem, no Brasil, 21.859 empreendimentos solidários registrados. Eles estão distribuídos, em sua

grande maioria, no Nordeste (43,45%). Os demais estão distribuídos nas regiões Norte (12,15%), Sudeste (17,90%), Sul(16,39%) e Centro-Oeste (10,11%). Dessa forma, Culti (2004, p. 2) idealiza que “um processo de organização coletivo como este, pode transformar o papel das mulheres na sociedade, como a identidade a elas relacionada, apesar de não ser um movimento ou ação coletiva apenas de mulheres”.

Portanto, a coletividade pode ser destacada como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano e para a organização da classe trabalhadora. As cooperativas surgem então como frutos da união de vários grupos de pessoas que acreditam no trabalho em equipe. Dentre as diversas ramificações do Cooperativismo, estão as cooperativas de trabalho, como é o caso das Cooperativas de Reciclagem.

As Cooperativas de Reciclagem tiveram início na década de 1990, com a perspectiva de incluir social e economicamente aqueles que trabalhavam nos lixões e que eram vistos, naquela época, como sendo um grupo invisível socialmente e estigmatizado pela sua atividade de coleta de lixo. Dentre os benefícios ocasionados pela junção desses catadores em cooperativas, está a possibilidade de um maior poder de barganha dos recicladores com as indústrias na venda direta de materiais e a possibilidade de parcerias com relação à disposição final dos resíduos industriais.

Apesar desse desenvolvimento dos catadores, quanto à associação em cooperativas de matérias recicláveis, muito ainda deve ser feito em prol desses profissionais pelo setor público. Porto *et al.* (2004) salienta que grande parte dos estudos já realizados com catadores de materiais recicláveis tem a finalidade de discutir os impactos do lixo sobre a saúde destes trabalhadores. As questões relativas à exclusão social, ao cotidiano, às perspectivas, à qualidade de vida, dentre outras, ainda são pouco discutidas.

4. *Procedimentos Metodológicos*

A presente pesquisa é de natureza teórico-empírica, ou seja, os dados que são coletados em campo são analisados com base no referencial teórico sobre os temas debatidos. Quanto aos objetivos, essa pesquisa é exploratório-descritiva, por ter como objetivo conhecer a experiência de mulheres que desenvolvem atividades profissionais em empreendimentos de natureza cooperativa. Pretende-se, assim, proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses que possam se registrar, classificar, analisar e interpretar os dados coletados em campo (ANDRADE, 2010).

Para obter resultados de maior abrangência, é adotado um estudo de caso com múltiplas unidades de análise, ou seja, duas. Para Yin (2005, p. 32), o estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno atual dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos”.

Portanto, dirigiu-se essa pesquisa às mulheres associadas a duas Cooperativas de Reciclagem participantes do projeto Catabahia: Recicla Conquista e ITAIRÓ, localizadas, respectivamente, nas cidades de Vitória da Conquista e Itapetinga/Itororó, Região Sudoeste da Bahia. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Inicialmente, houve uma entrevista semiestruturada com os presidentes de cada cooperativa. Para isso, adotou-se um roteiro que continha 21 perguntas. O resultado de tais entrevistas receberam tratamento qualitativo. Posteriormente, na segunda etapa, foram aplicados questionários pré-definidos com as cooperadas. Os questionários contaram com perguntas claras e objetivas e foram distribuídos

da seguinte forma: 16 questionários no Recicla Conquista e 13 na ITAIRÓ, o que representa, respectivamente, 80% e 72% das cooperadas de cada Cooperativa. A aplicação ocorreu no período de 12 de Junho a 11 de Julho de 2013, nas cidades de Vitória da Conquista e Itapetinga – Bahia.

5. *Rede Catabahia: uma breve descrição*

A Rede de Catadores Catabahia surgiu em 2004 e é um projeto realizado pelo PANGEA⁵ – Centro de Estudos Socioambientais – em parceria com a Petrobras, através do programa Desenvolvimento e Cidadania Petrobras. O Projeto compreende a implantação de uma Rede Solidária de Coleta e Comercialização de Materiais Recicláveis, possibilitando a comercialização dos resíduos recicláveis em escala, gerando, assim, maior renda para os catadores cooperativados. Em sua essência, o Projeto busca legalizar e organizar os catadores de lixo em cooperativas, com a finalidade de amenizar a baixa renda proveniente desse tipo de trabalho e eliminar a prática do trabalho infantil e da exploração de atravessadores na imposição do preço de compra do material coletado.

A Rede atuou, inicialmente, na cidade de Feira de Santana – Bahia, com uma cooperativa formada por 17 catadores e hoje “beneficia diretamente mais de 1.000 catadores de materiais recicláveis e cerca de 1 milhão de pessoas indiretamente, residentes em bairros populosos dos municípios atingidos, que passam a ter uma melhoria na qualidade do meio ambiente urbano e o aumento da vida útil dos aterros sanitários” (PANGEA, 2013). Atualmente, nove cooperativas fazem parte do programa, sendo elas: CAEC e COOPERBRAVA, na cidade de Salvador; Recicla Conquista, em Vitória da Conquista; COOBAFS, na cidade de Feira de Santana; COOPERJE, em Jequié; ITAIRÓ, em Itapetinga e Itororó; CAEC, em Lauro de Freitas, CORAL, em Alagoinhas e VERDECOOP, no Porto do Sauipe.

Para realização deste projeto, a Catabahia promove um diagnóstico participativo sobre os municípios que integram a rede, implantando, fortalecendo e acompanhando o processo de incubação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, através da promoção de cursos de capacitação em habilidades básicas, como a triagem de materiais recicláveis, habilidades específicas, como a manipulação do maquinário e de gestão. Além disso, auxilia na aquisição do galpão de triagem, da compra de maquinários, EPI’s e de um caminhão para a coleta seletiva dos resíduos.

A prática da Rede trouxe muitos benefícios para os catadores, como: regularização dos documentos de todos; aumento significativo na renda média dos cooperados; redução de 30% no índice de analfabetismo; retirada de crianças dos lixões; inclusão dos catadores e familiares em programas municipais de assistência social e no Bolsa Família; ações de assistência sociosanitárias; aumento da autoestima dos catadores; além do desenvolvimento de uma rede social e profissional sólida e solidária por meio das cooperativas (PANGEA, 2013).

⁵ O PANGEA foi fundado em 1996, em Salvador – Bahia, é uma Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público - OSCIP, de utilidade pública estadual e municipal. A Instituição possui uma extensa trajetória na execução de projetos no âmbito da cooperação internacional desenvolvendo programas de caráter socioambiental em áreas urbanas e rurais do Brasil.

6. Perfil das cooperadas

Comparando as duas cooperativas, os dados coletados revelam que na Cooperativa Recicla Conquista 56% das entrevistadas são casadas, enquanto que na Cooperativa ITAIRÓ, um número maior de cooperadas são solteiras, representando 39% do universo, seguidas de 23% casadas e 15% viúvas. Ainda, no Recicla Conquista, 25% da amostra se declara solteira e 13% separada. Essa alternância no estado civil das mulheres se dá pela necessidade, já visualizada na década de 1980, de um número maior de mulheres casadas sustentavam os seus domicílios, antes com maior participação das solteiras (CARVALHO, 1998).

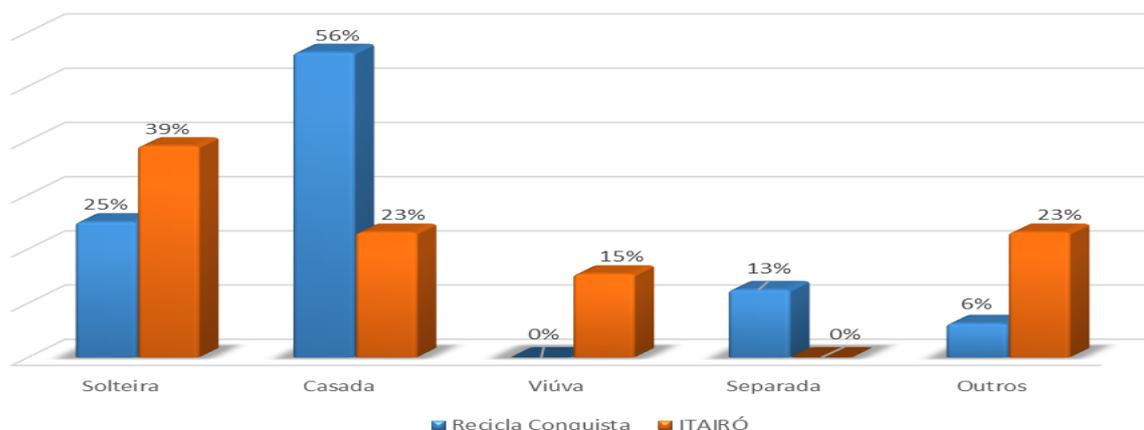


Gráfico 1: Estado civil

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Santos (2011) ainda destaca que a ampla inserção destas mulheres no cooperativismo deve-se a uma característica empreendedora mais forte, tendo em vista que, historicamente, atribuiu-se ao homem o papel de provedor da família. Isto deixaria as mulheres mais livres para buscar, sem medo, alternativas que complementem a renda familiar ou até mesmo o sustento da família.

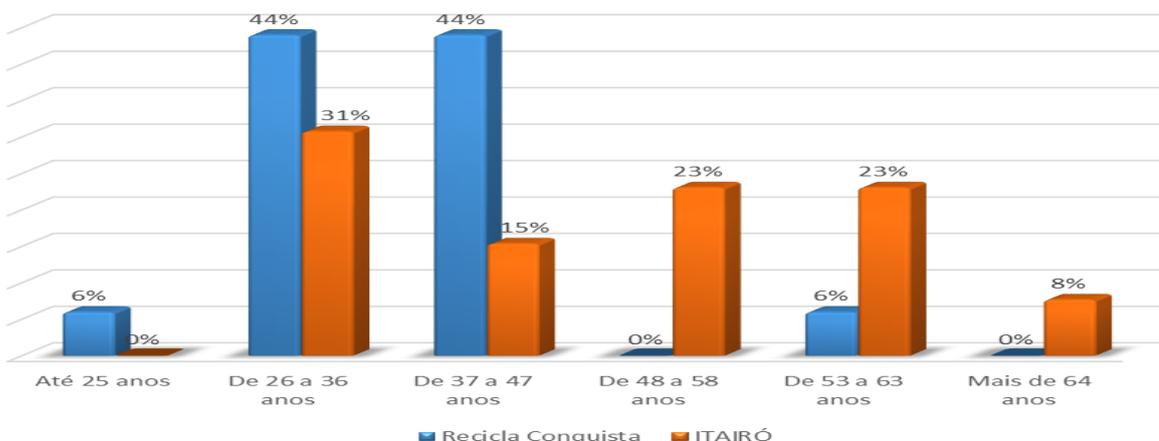


Gráfico 2: Faixa etária

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Sobre a faixa etária, observou-se que as cooperadas do Recicla Conquista, em sua grande maioria, possuem idade variando de 26 a 47 anos, representado 88% das entrevistadas,

os outros 12% estão subdividido entre as idades de 53 a 63 anos (6%) e de jovens de até 25 anos (6%). Já a Cooperativa ITAIRÓ está formada, em sua maioria, por 54% de mulheres que possuem entre 48 e 64 anos. Segundo o atual Presidente da Cooperativa, esse número se dá devido ao fato de grande parte dessas cooperadas já estar no ramo de reciclagem, mesmo antes da existência da Cooperativa, no antigo lixão da cidade de Itapetinga.

O Gráfico 3 demonstra que, no quesito escolaridade, 38% das respondentes da Cooperativa ITAIRÓ possuem o ensino fundamental incompleto, 15% o ensino fundamental completo, 8% possuem ensino médio completo e 15% ainda se declaram analfabetas. Enquanto que, no Recicla Conquista, 41% das respondentes possuem ensino fundamental completo, 31% fundamental incompleto, 13% médio incompleto e 13% analfabetas.

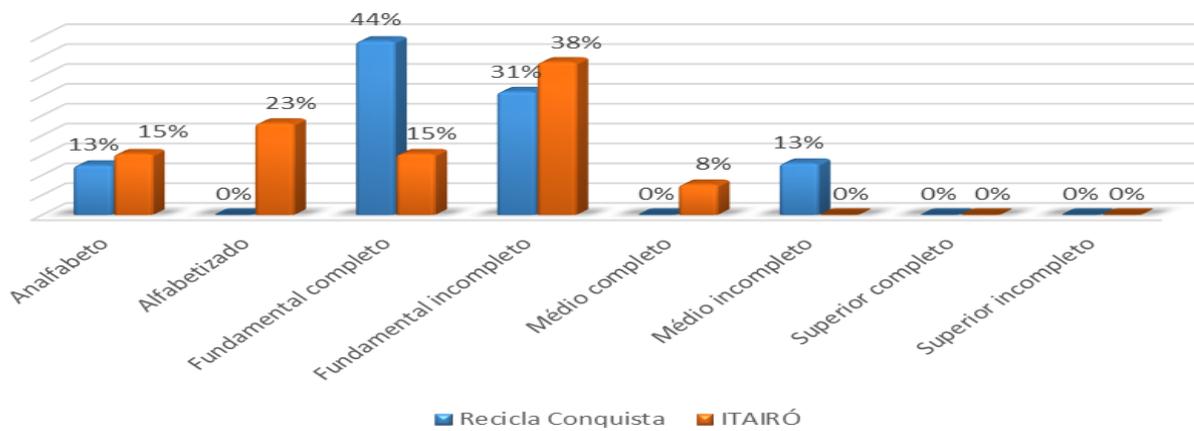
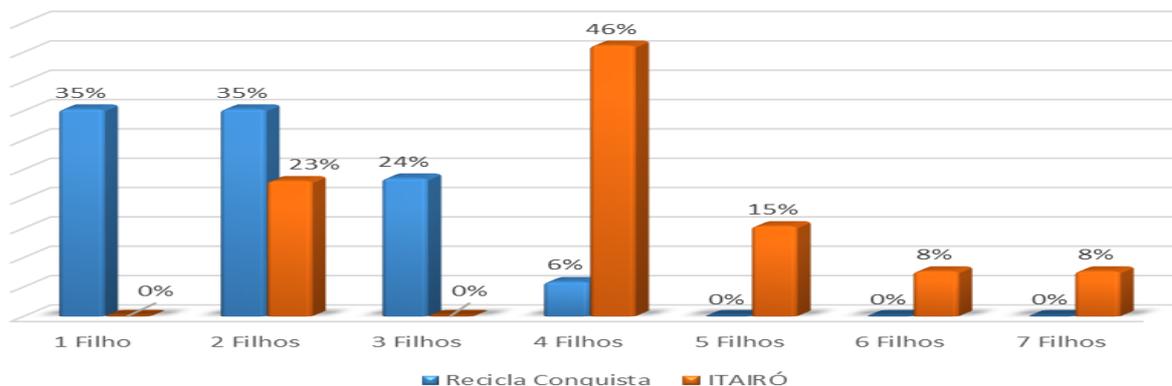


Gráfico 3: Escolaridade

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

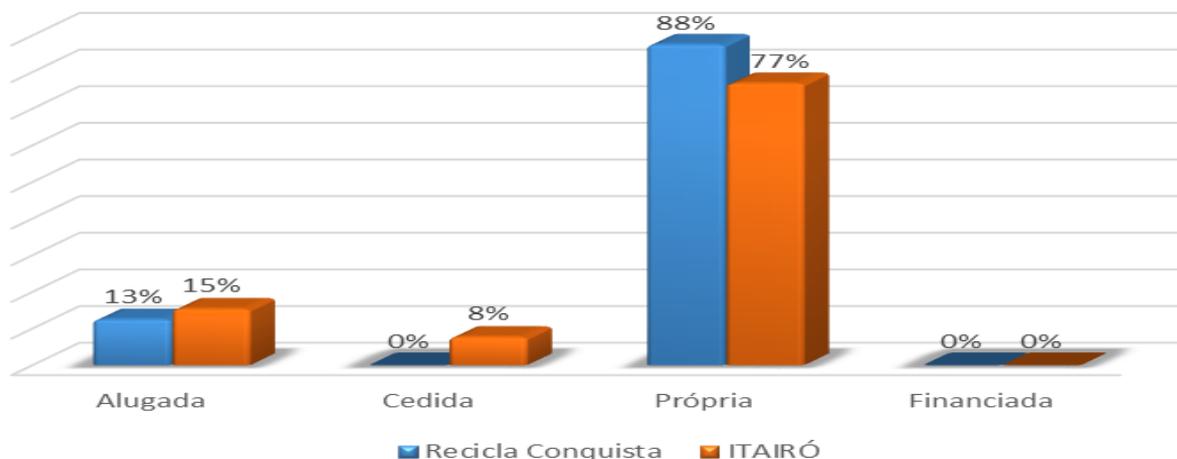
Segundo a Presidente do Recicla Conquista, no início da implantação da Cooperativa, a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, juntamente com apoio do PANGEA, ofereceu cursos de alfabetização para todos os cooperados. No entanto, há alguns anos, não existe nenhuma ação correlata na Cooperativa. O Presidente da Cooperativa ITAIRÓ, ressalta que, no ano de 2012, a Cooperativa abrigou uma sala de aula do programa TOPA – Todos Pela Alfabetização – do Governo da Bahia, porém, muitos cooperados não mostravam interesse em participar do curso. Esses depoimentos evidenciam, por conseguinte, a importância da escolaridade na capacitação, formação e informação do grupo. Segundo Kirchner *et al.* (2009), o grau de escolaridade é uma das causas que leva os indivíduos à exclusão do mercado formal de trabalho, fato este considerado negativo na presente pesquisa por ter sido constatado, nas duas cooperativas, ainda, a existência de cooperadas analfabetas.

O aumento do número de mulheres que participam ativamente da economia do Brasil está intimamente ligado ao avanço delas na formação educacional e também nas mudanças da estrutura familiar. Hoje, as famílias possuem menor número de filhos e novos valores relativos à inserção da mulher na sociedade. Dessa forma, quando questionadas a respeito da quantidade de filhos que cada uma tinha, ficou evidente o antagonismo entre as duas cooperativas.


Gráfico 4: Quantidade de filhos

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

As cooperadas do Recicla Conquista, em sua grande maioria, possuem de 1 a 2 filhos (70%), seguidas por 24% com 3 filhos e 6% com 4 filhos, enquanto que, na ITAIRÓ, 46% das cooperadas possuem 4 filhos, seguidas de 23% com 2 filhos, 15% com 5, 8% com 6 e 8% com 7 filhos. No entanto, entende-se que esse alto número de filhos das cooperadas da ITAIRÓ se dá ao fato de que 54% das cooperadas já terem mais de 48 anos (Gráfico 2) e terem sido criadas em uma cultura predominantemente patriarcalista, que cabia à mulher o papel procriar e cuidar dos filhos (CASTELLS, 2002)


Gráfico 5: Situação da casa das cooperadas

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

No Recicla Conquista, apenas 13% das respondentes alegam morar em casa alugada, enquanto que 88% moram em casa própria. Na Cooperativa ITAIRÓ, 15% das cooperadas moram em casa alugada, 8% em residência cedida por alguém e 77% em casa própria. Surpreendentemente, nas duas Cooperativas, a maioria das cooperadas relata morar em casa própria. Algumas explicam que tal conquista foi viabilizada pelo Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Ainda segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA), em 2011, 75% dos domicílios já eram imóveis próprios de seus moradores, 70% deles já eram quitados e 4,7% comprados. Os alugados representavam apenas 17,3% e os cedidos (de favor) 7,5%. A influência dos programas governamentais na vida das cooperadas também pode ser apreciada, quando as mesmas foram questionadas sobre

o recebimento de algum benefício social do Governo, conforme pode ser observado no Gráfico 6.

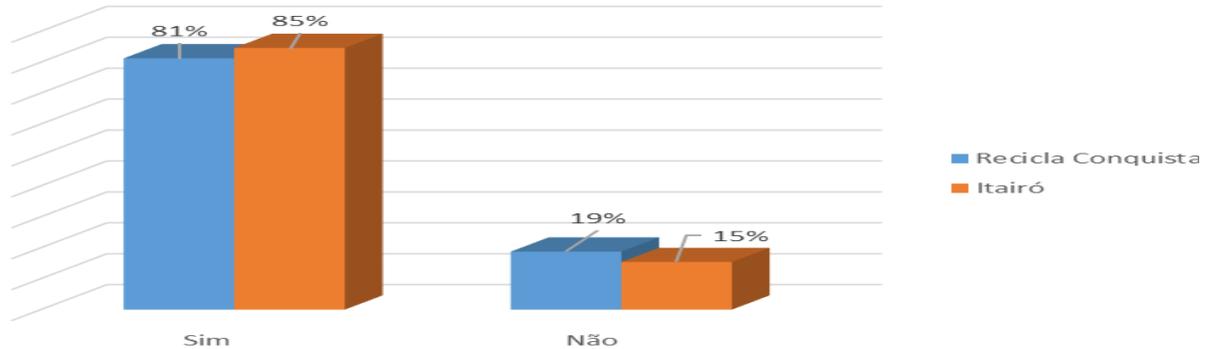


Gráfico 6: Percentual de associadas que recebem Benefício Social

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Praticamente de forma igual (ITAIRÓ, 85%, e Recicla, 81%), as cooperadas afirmaram receber um benefício social, sendo ele em 100% dos casos o Bolsa-família. Apenas 19% das respondentes do Recicla Conquista e 15% da ITAIRÓ afirmaram não receber nenhum benefício. A importância do Bolsa-família fica evidente na fala de Rêgo (2010), quando a antropóloga aponta, em seu estudo, que as mulheres beneficiadas pelo Programa experimentam a libertação da “ditadura da miséria” e do controle masculino familiar amplo sobre seus destinos, e permite-lhes, assim, um mínimo de programação da própria vida e o começo da autonomização de sua vida moral.

7. Inserção na cooperativa: motivos, vantagens e desvantagens

Nas duas cooperativas, a maioria das mulheres auxilia os seus cônjuges ou entes familiares no sustento do lar, sendo no Recicla Conquista e na ITAIRÓ, respectivamente, 81% e 54%. No Recicla, 19% das entrevistadas são as provedoras do lar e nenhuma se declara dependente de outro indivíduo quanto ao sustento da sua família. Enquanto que as cooperadas da ITAIRÓ, 38%, são provedoras e apenas 8% se declaram dependentes. A participação feminina na renda familiar está relacionada com o estado civil e a posição profissional do cônjuge.

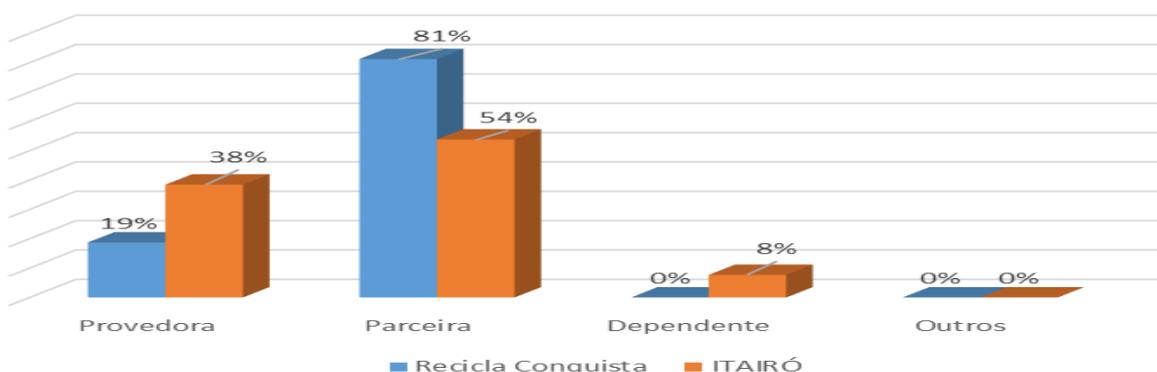


Gráfico 7: Posição da cooperada na renda familiar

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Muitas cooperadas alegam que o seus cônjuges também fazem parte da Cooperativa e, como a renda dos cooperados variam de acordo com a quantidade de material coletado e vendido, em alguns meses, as famílias não conseguem somar 1 salário mínimo como total das suas rendas. Essa constatação pode ser melhor compreendida quando se destaca que apenas 33% das famílias das cooperadas da ITAIRÓ conseguem receber 1 salário mínimo, da mesma forma que 25% das famílias do Recicla Conquista permanecem na mesma situação (Gráfico 8).

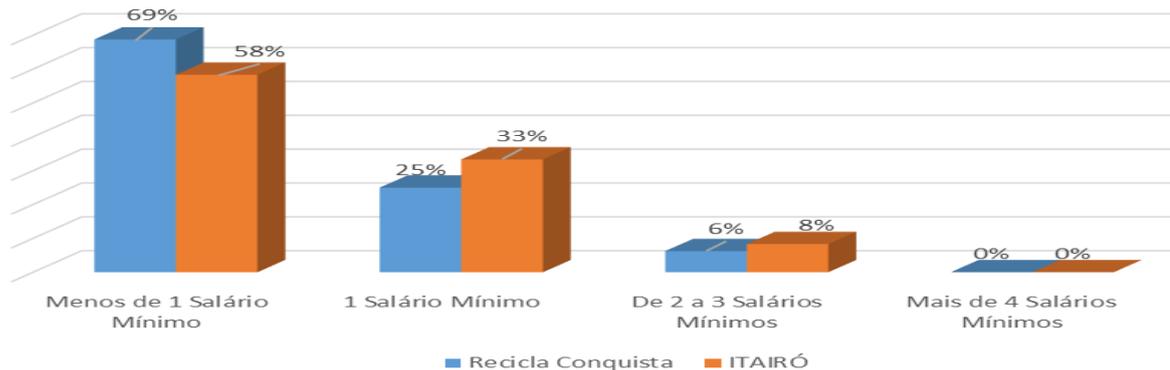


Gráfico 8: Renda da família
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A grande maioria das cooperadas alega que suas famílias recebem menos de 1 salário mínimo por mês. Isso se dá, conforme afirmado anteriormente, pela volatilidade da renda adquirida nas Cooperativas, conforme mostra o Gráfico 9.

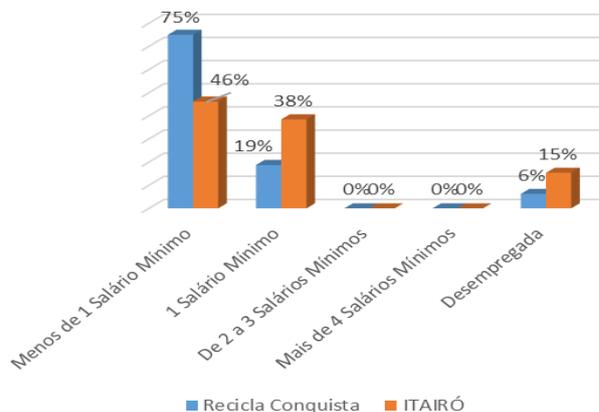


Gráfico 9: Média salarial antes de entrar na Cooperativa
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

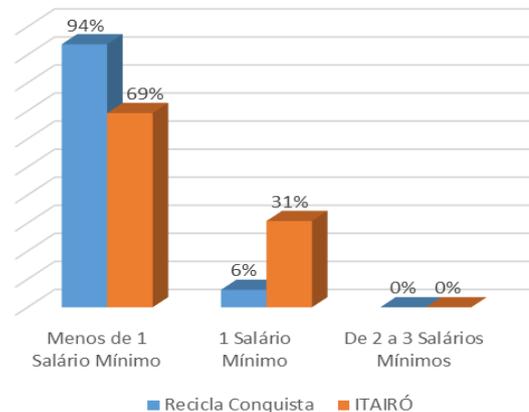


Gráfico 10: Média salarial depois de entrar na Cooperativa
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

De acordo com os Gráficos 9 e 10, pode-se verificar que, nas duas Cooperativas, após a inserção das mulheres no regime de cooperativismo, houve uma redução significativa (mais fortemente, no Recicla Conquista) da porcentagem de associadas que ganham um salário mínimo. Os números caíram de 19% no Recicla Conquista para 6% e 38% na ITAIRÓ para 31%. Em contrapartida, na mesma sequência de análise, a quantidade de mulheres que recebiam menos de 1 salário mínimo em Vitória da Conquista subiu de 75% para 94%, enquanto que em Itapetinga subiu de 46% para 69%.

Esse reflexo se dá pelo fato de, em Vitória da Conquista, o projeto contar com um número maior de associados do que em Itapetinga, além de se utilizar uma forma diferenciada de rateio dos ganhos da Cooperativa. Segundo as cooperadas do Recicla, cada ecoponto é responsável por recolher, triar e enviar o material para a sede da Cooperativa, que fica localizada no aterro sanitário da cidade. Lá, ele é retransmitido para o segundo galpão do terreno, onde o material é prensado e, posteriormente, enviado para venda. No entanto, no primeiro galpão, existe uma esteira elétrica, que possibilita maior agilidade e volume de coleta de resíduos sólidos. Dessa forma, é anotado pela Presidente a quantidade de quilos ou toneladas que cada grupo recolhe, fazendo, assim, após a venda, um rateio dos ganhos por base na quantidade que cada grupo recolheu. Ainda segundo as cooperadas, a diferença em reais, referente aos ganhos dos dois grupos, costuma ser considerável, pois, as cooperadas do segundo grupo, normalmente, ganham em média R\$400,00 a R\$500,00, enquanto que o primeiro grupo ganha de R\$900,00 a R\$1.100,00. Futuras pesquisas devem se debruçar nesta questão que merece ser mais detalhadamente investigada.

O Presidente da ITAIRO também relata que o procedimento referente ao rateio dos ganhos nesta cooperativa não é muito diferente. Antigamente, eles dividiam os ganhos de forma igual, retirando apenas o valor estipulado para os gastos da Cooperativa, no entanto, sempre ocorriam divergências entre os cooperados em razão deste motivo. Dessa forma, baseados no modo de gestão do Recicla Conquista, a Cooperativa ITAIRÓ adotou o uso de uma ficha de controle de resíduos sólidos, para cada associado. Neste formulário é anotado todas as quantidades recolhidas por pessoa e, no final do mês, é realizado o somatório da quantidade. Após a venda dos resíduos e seu recebimento, é realizada a divisão dos valores de cada cooperado com base na sua produtividade. Segundo o Presidente da ITAIRÓ, o problema é que cada associado

[...] só pensa no eu, eu, eu, o pessoal não evoluiu. Esquece que na Cooperativa somos um por todos e todos por um [...] [...] ninguém pensa na Cooperativa. Aqui cada qual recebe o seu, por exemplo, se eu recolher 1.000 kg, esses 1.000 são meu. Quando vender e receber o dinheiro daqueles 1.000 kg é da pessoa, só tira uma taxa de ajuda para as contas da Cooperativa. Foi um erro, mas tem gente que trabalha menos e que escora nos outros. Essa foi a única forma do pessoal parar de reclamar

Dessa forma, as Cooperadas do Recicla Conquista e da ITAIRÓ, enquanto participantes no Projeto Catabahia do PANGEA, não obstante às ações que ainda carecem ser realizadas nesses empreendimentos de natureza coletiva, tiveram e têm suas vidas alteradas para melhor, pois, através da associação e criação de suas respectivas Cooperativas, essas mulheres das cidades de Vitória da Conquista e Itapetinga foram reinseridas no mercado de trabalho e passaram a ter uma renda mais equilibrada.

8. Reflexões finais

A presente pesquisa constatou que a inserção dessas mulheres no cooperativismo de materiais recicláveis se deu, para a maioria das entrevistadas, através da organização e criação de suas Cooperativas. Tendo como finalidade inserir e legalizar os antigos catadores de lixo em cooperativas, o Projeto Catabahia, através das duas Cooperativas em estudo, permitiu excluir a figura do atravessador e aumentar a renda das associadas. Ressalta-se que, mesmo ocorrendo um aumento de renda, nas duas cooperativas, poucas mulheres conseguem ganhar um salário mínimo. Com isso, os dados revelam que a emancipação feminina, a sensação de liberdade e autonomia, ocasionada pela não dependência do cônjuge ou de um ente familiar, é indescritível, muitas vezes, superando a dificuldade financeira.

A expectativa desta pesquisa foi de estimular a investigação futura sobre o tema de modo a aprofundar o conhecimento sobre o assunto abordado. Ademais, verificou-se que as Cooperativas necessitam de mais apoio das autoridades governamentais, em nível municipal e estadual, uma vez que tais empreendimentos criam novos empregos de modo a inserir no mundo do trabalho indivíduos que se encontravam desempregados ou à margem.

Quanto às limitações deste estudo, destaca-se o fato de ser este um estudo de caso que apresenta a análise de apenas duas cooperativas do Projeto Catabahia. Além disso, a pesquisa, na amostra aqui estudada, não representa todo o universo das duas Cooperativas. Ainda nesse sentido, este estudo foi baseado na percepção das cooperadas, então, pode modificar-se ao longo do tempo, alterando as impressões e posicionamento das participantes da pesquisa.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. da. As relações de gênero na confederação nacional dos trabalhadores rurais (Contag). In ROCHA, M. I. B. (Org). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalho na graduação. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ARÁN, M. **O avesso do avesso**: 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.
- CARMELITA, M. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, 19, n.º 56, março de 2002.
- CARRION, R. K. M.; VIZENTINI, P. G. F. (Org.) **Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo?** 2ª Ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- CARVALHO, L. M. S. S. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e de chefia domiciliar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.6 nº 1., 1998, p. 7-33.
- CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CULTI, M. N. Mulheres na economia solidária: Desafios sociais e políticos. In CONGRESSO EUROPEO CEISAL DE LATINO-AMERICANISTAS, 4.,2004. Bratislava, República Eslovaca. **Anais...** Bratislava-República Eslovaca: FFLCH/USP.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A Inserção das mulheres nos mercados de trabalho metropolitanos e a desigualdade nos rendimentos**. 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedmulhermet.pdf>> Acesso em: 05 de dezembro de 2013.

- EID, Farid. Descentralização do Estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? In: **Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe**, Osaka. v.8, nº1/2, p47-66, Jan/Jul –Dez 2007.
- GOMES, A. F.; LIMA, J. B. de; CAPPELLE, M. C. A. Empreendedorismo e ações empreendedoras: perspectivas de análise. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 7., 2012, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANEPEPE, 2012.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira em 2009**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2009/default.shtm> > Acesso em: 19 de julho de 2013.
- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: **Vitória da Conquista – 2012**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=293330&search=bahia|vitoria-da-conquista>> Acesso em: 19 de julho de 2013.
- KIRCHNER et al. Percepções e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, São Paulo, v. 5, nº 3, p. 221-232, set-dez, 2009.
- LEIBANTE, Thiago. **Algumas considerações sobre o trabalho informal no capitalismo contemporâneo**. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/tiagoleibante.pdf>> Acesso em: 10 de novembro de 2012.
- OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Revista FAE**, Curitiba, v.7, nº.2, p.9-18, jul-dez, 2004.
- ONU. Programas de transferência de renda podem aumentar o risco de rejeição profissional para as mães, diz relatório OIT. **ONUBR**, Rio de Janeiro, dez. de 2012. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/programas-de-transferencia-de-renda-podem-aumentar-o-risco-de-rejeicao-profissional-para-as-maes-diz-relatorio-da-oit/> >. Acesso em 05 de maio de 2013.
- PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais, 2013. Disponível em : < http://www.pangea.org.br/redecatabahia/recicla_conquista.php >. Acesso em: 12 de julho de 2013.
- PORTO, M. F. S. *et al.* Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, p.1503-1513, nov./dez. 2004.
- PROBST, E. R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. 2003. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2012.
- REGO, W. L. **Bolsa Família: Limites e alcances**. Campinas: BIEN/UNICAMP, 2010.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, A. D. Experiências de geração de renda com o cooperativismo de mulheres em Maputo e São Paulo. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 11.,2011, Salvador. **Anais...** Salvador: CONLAB, 2011.
- SILVA, C.; PORTELLA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In: SILVA, Carmem; PORTELLA, Ana Paula. **Mulher e trabalho na agricultura familiar**. Recife: Edições SOS Corpo, 2004. p. 127-144.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas da Economia Solidária no Brasil em 2007**. Disponível em :< <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>> Acesso em: 10 de julho de 2013.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.